



Preparar Portugal para o Futuro: Reforçar a Resiliência das Infraestruturas Críticas e a Autonomia Estratégica Nacional

Enquadramento

A resiliência das infraestruturas críticas deixou de ser apenas uma questão operacional para se afirmar como um dos pilares da segurança nacional, da proteção das populações e da competitividade económica do país.

Os acontecimentos dos últimos anos, marcados por incêndios, fenómenos meteorológicos extremos e o apagão elétrico ibérico de abril de 2025, demonstraram de forma inequívoca a importância das redes de telecomunicações enquanto infraestrutura crítica para o funcionamento do Estado, da economia e da proteção civil.

O apagão de abril de 2025 evidenciou a elevada dependência das redes de telecomunicações relativamente ao fornecimento de energia elétrica e revelou vulnerabilidades na capacidade de assegurar a continuidade dos serviços essenciais durante interrupções prolongadas. Em muitas situações, a autonomia dos sistemas de alimentação de emergência revelou-se insuficiente, tornando evidente a necessidade de reforçar a preparação do país para eventos desta natureza.

As comunicações eletrónicas são hoje indispensáveis para garantir o funcionamento dos serviços públicos, das empresas, das forças e serviços de segurança, dos bombeiros, do INEM e da proteção civil. A sua indisponibilidade pode comprometer operações de socorro, atrasar a reposição de outros serviços essenciais e colocar em risco a segurança das populações.

Persistem, contudo, fragilidades estruturais que importa corrigir.

Atualmente, as infraestruturas dos operadores de telecomunicações não beneficiam de um regime de prioridade adequado na reposição do fornecimento de energia elétrica, sendo frequentemente tratadas, para efeitos operacionais, de forma semelhante aos restantes consumidores. Esta realidade não reflete o papel essencial que estas infraestruturas desempenham na resposta a situações de emergência.



Setorial das Telecomunicações e Transição Digital Federação Distrital do Porto

Por outro lado, uma interrupção prolongada da energia elétrica pode igualmente impedir o funcionamento dos postos de abastecimento de combustível, comprometendo o reabastecimento dos geradores de emergência e das viaturas das empresas responsáveis pela reposição das redes de telecomunicações e de distribuição de energia.

Esta conjugação de fatores pode desencadear um efeito em cascata que compromete significativamente a capacidade de resposta do país.

A preparação do país para cenários de crise exige uma articulação permanente entre o Estado, as entidades reguladoras, os operadores de infraestruturas críticas e os agentes de proteção civil. Só através de uma coordenação eficaz será possível garantir a continuidade dos serviços essenciais e uma resposta rápida perante situações de emergência.

Num contexto internacional marcado pelo aumento dos riscos climáticos, tecnológicos e geopolíticos, Portugal deve reforçar a sua Autonomia Estratégica Nacional, assegurando que as infraestruturas críticas dispõem dos meios necessários para garantir a continuidade dos serviços essenciais, mesmo perante cenários de crise prolongada.

Propostas

A Setorial das Telecomunicações e Transição Digital apresenta ao XXII Congresso da Federação Distrital do Porto do Partido Socialista as seguintes propostas de recomendação, para que o Partido Socialista promova e defenda, nas instâncias competentes, a adoção das seguintes medidas:

1. O reconhecimento das infraestruturas críticas de telecomunicações como instalações prioritárias para efeitos de reposição do fornecimento de energia elétrica em situações de emergência, calamidade ou catástrofe.
2. A criação da figura legal de **Cliente Prioritário de Infraestrutura Crítica**, aplicável às infraestruturas essenciais de telecomunicações e de outros serviços estratégicos, garantindo prioridade na intervenção dos operadores da rede elétrica.
3. O reforço de protocolos nacionais entre operadores de energia, operadores de telecomunicações, entidades reguladoras, designadamente a ANACOM e a ERSE, e a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), assegurando uma resposta coordenada e célere na reposição dos serviços essenciais.



Setorial das Telecomunicações e Transição Digital
Federação Distrital do Porto

4. A criação de uma rede nacional de postos de abastecimento estratégicos, distribuídos por todos os distritos do país, obrigatoriamente dotados de sistemas autónomos de produção de energia, nomeadamente grupos geradores ou outras soluções equivalentes, garantindo o abastecimento de combustível durante interrupções prolongadas da rede elétrica.
5. A criação de uma Reserva Estratégica Nacional de Combustível para Infraestruturas Críticas, destinada a garantir o funcionamento dos serviços essenciais em situações de calamidade, apagão ou emergência nacional.
6. A definição de um regime de prioridade no acesso a combustível para as viaturas afetas à reposição de infraestruturas críticas, nomeadamente das empresas de distribuição de energia, telecomunicações, bombeiros, proteção civil, INEM, forças e serviços de segurança e demais entidades responsáveis pela resposta à emergência.
7. O reforço dos requisitos mínimos de autonomia energética das infraestruturas críticas de telecomunicações, incentivando investimentos em sistemas redundantes de alimentação elétrica, armazenamento de energia e soluções alternativas de produção energética.
8. A revisão dos requisitos regulamentares de autonomia energética das infraestruturas de telecomunicações, em articulação com a ANACOM, estabelecendo níveis mínimos de autonomia diferenciados em função da criticidade das instalações, garantindo a continuidade das comunicações durante interrupções prolongadas do fornecimento de energia elétrica.
9. A realização periódica de exercícios nacionais de preparação para cenários de apagão prolongado, falhas de comunicações ou outras situações de crise, coordenados pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), envolvendo entidades públicas, operadores privados, agentes de proteção civil e operadores de infraestruturas críticas.
10. A elaboração de um Plano Nacional de Resiliência das Infraestruturas Críticas, coordenado pelo Governo, em articulação com a ANACOM, a ERSE, a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), os operadores de infraestruturas críticas e as restantes entidades competentes, integrando os setores da energia, telecomunicações,



Setorial das Telecomunicações e Transição Digital Federação Distrital do Porto

combustíveis, transportes e proteção civil, promovendo uma resposta articulada perante situações de emergência.

11. A promoção da mobilização de financiamento nacional e europeu, designadamente através do próximo Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia, do Fundo de Coesão, do Mecanismo Interligar a Europa (Connecting Europe Facility), do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e de outros instrumentos financeiros disponíveis, para apoiar investimentos na modernização, redundância e resiliência das infraestruturas críticas de energia e telecomunicações.
12. A promoção, em articulação com a União Europeia, de políticas de reforço da Autonomia Estratégica Nacional, designadamente nas áreas da energia, das telecomunicações, da tecnologia e das infraestruturas críticas, reduzindo vulnerabilidades e aumentando a capacidade de resposta do país perante crises energéticas, tecnológicas ou climáticas.

Conclusão

A resiliência das infraestruturas críticas constitui hoje uma condição indispensável para a segurança das populações, para o funcionamento da economia e para a capacidade de resposta do Estado.

O apagão elétrico ibérico de abril de 2025 demonstrou que Portugal deve retirar ensinamentos concretos sobre a necessidade de reforçar a coordenação entre os setores da energia, das telecomunicações, dos combustíveis e da proteção civil, assegurando que os serviços essenciais permanecem operacionais quando os cidadãos mais deles necessitam.

O Partido Socialista, enquanto força política comprometida com a modernização do Estado, a proteção das populações, a coesão territorial e o desenvolvimento sustentável, deve liderar esta reflexão e promover soluções estruturais que reforcem a preparação do país para os desafios futuros.

Com esta moção, a Setorial das Telecomunicações e Transição Digital da Federação Distrital do Porto do Partido Socialista pretende contribuir para uma estratégia nacional que reforce a resiliência das infraestruturas críticas, promova a autonomia estratégica do país e prepare Portugal para responder de forma eficaz aos desafios colocados pelas alterações climáticas, pelas crises energéticas e por outras situações de emergência.

Mais do que reagir às crises quando estas ocorrem, importa antecipá-las, reforçando a capacidade do Estado, das empresas e da sociedade para garantir a continuidade dos serviços essenciais em qualquer circunstância.



Setorial das Telecomunicações e Transição Digital
Federação Distrital do Porto

A resiliência das infraestruturas críticas não é apenas uma questão técnica; é uma questão de segurança nacional, de proteção dos cidadãos e de soberania do Estado. Portugal deve estar preparado para responder às crises do futuro antes que elas aconteçam.

Porto, 1 de julho de 2026

